



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

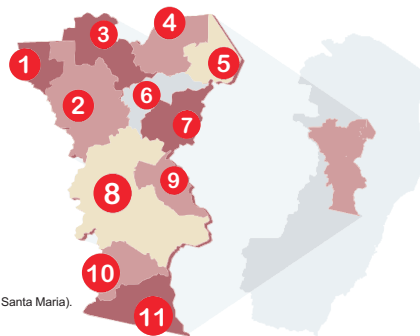
Senhores e Senhoras Acionistas,

A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

1. A SANTA MARIA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina - ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica. A área de concessão da Companhia corresponde a 4.994 km², e abrange os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

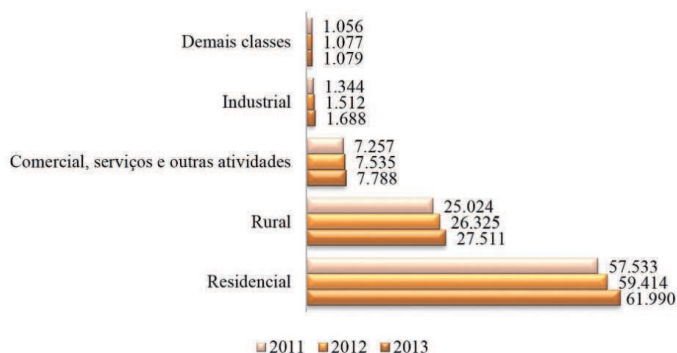
1. Alto Rio Novo;
2. Pancas;
3. Águia Branca;
4. São Gabriel da Palha;
5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca);
6. São Domingos do Norte;
7. Governador Lindenberg;
8. Colatina (exceto o distrito de Itapina);
9. Marilândia;
10. São Roque do Canaã;
11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).



Em 2013, a Santa Maria manteve sua política de atuação sustentável junto aos acionistas, consumidores, colaboradores e à sociedade em geral, buscando sempre a melhoria contínua dos serviços prestados e a obtenção de resultados.

A Companhia registrou em 2013 um crescimento da ordem de 8,27% em seu mercado consumidor. O número de consumidores também cresceu, passando de 95.863 em 2012 para 100.056 em 2013. A evolução do número de unidades consumidoras por classe dos últimos 3 (três) anos é apresentada a seguir:

Número de unidades consumidoras



2. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição dos indicadores	Saldos			
	Unidade	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	Varição %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	173.164	178.388	(2,93)
Patrimônio líquido	R\$ mil	121.297	117.735	3,03
Dívida líquida (a)	R\$ mil	17.578	7.668	129,24
Dívida líquida / PL	Veze	0,14	0,07	100,00
Dívida bruta / EBITDA	Veze	0,95	0,57	66,67
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total	%	29,95	34,00	(11,91)
Resultados				
Receita líquida	R\$ mil	144.221	137.745	4,70
Gastos gerenciáveis e não gerenciáveis	R\$ mil	121.887	90.736	34,33
EBIT (b)	R\$ mil	21.010	44.631	(52,93)
EBITDA (c)	R\$ mil	26.420	49.732	(46,88)
Resultado financeiro	R\$ mil	720	607	18,62
Resultado antes dos impostos	R\$ mil	23.054	47.616	(51,58)
Lucro líquido	R\$ mil	14.283	37.542	(61,95)
Margens				
EBITDA (EBITDA / Receita líquida)	%	18,32	36,10	(49,25)
Líquida (Lucro líquido / Receita líquida)	%	9,90	27,25	(63,67)
Operacionais				
Investimentos líquidos (d)	R\$ mil	14.488	11.103	30,49
Número de consumidores	Mil	100.056	95.863	4,37
Número de colaboradores	Mil	319	330	(3,33)
DEC	Horas	5,92	7,59	(22,00)
FEC	Veze	5,18	6,79	(23,71)

(a) Dívida líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa

(b) EBIT = Lucro líquido do exercício + Impostos - Resultado financeiro

(c) EBITDA = Lucro líquido do exercício + Impostos - Resultado financeiro + Amortização

(d) Investimentos líquidos das adições das obrig. vinc. à concessão do serviço público de energia elétrica

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nos ativos do sistema de distribuição de energia elétrica.

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

ENERGIA DE QUALIDADE

Os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Cliente e FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

Indicadores	Unidade		Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
DEC	horas	Real	5,92	7,59	10,33
		Meta ANEEL (máximo)	13,05	13,05	13,67
FEC	Número de interrupções	Real	5,18	6,79	7,70
		Meta ANEEL (máximo)	10,92	10,92	12,15

3. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

3.1. Alterações regulatórias

O ano de 2013 foi marcado por profundas modificações nas normas que regulam o setor de energia elétrica.

Tais alterações foram inicialmente propostas por meio da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica a partir de janeiro de 2013, em média, em 20,2%.

Posteriormente, por meio da Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, ficou estabelecido que os descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição, concedidos a determinados consumidores (atividade rural, irrigante e serviço público de água, esgoto e saneamento), que antes eram pagos pelos demais consumidores da área de concessão da Santa Maria, passariam a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Os recursos financeiros da CDE, de acordo com a Lei nº 12.783/2013, passaram a ser provenientes das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia com consumidor final, inclusive a Santa Maria, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionárias, permissionárias e autorizadas, e dos créditos da União de que tratam os Arts. 17 e 18 da Lei nº 12.783/2013.

Outro fato relevante que materializou a redução da tarifa de energia ao consumidor ocorreu em 24 de janeiro de 2013, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais de todas as distribuidoras de energia do país. Essa redução decorreu da indenização, pela União Federal, dos ativos das geradoras e transmissoras que aceitaram a prorrogação de suas concessões, o que eliminou o componente "Depreciação" do custo da energia elétrica dessas usinas e do custo da tarifa de uso do sistema de transmissão dessas linhas de transmissão.

Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que incluiu o Art. 4º - A no Decreto nº 7.891/2013, autorizando o repasse de recursos da CDE para as concessionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a neutralizar a exposição das mesmas no mercado de curto prazo decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e da exposição involuntária decorrente da não adesão de algumas concessionárias à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, de que trata o Art. 1º da Lei nº 12.783/2013, bem como para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética.

Por fim, em 10 de dezembro de 2013, foi editado pela ANEEL o Despacho nº 4.225/2013, que promoveu a mudança no cálculo econômico do custo de compra de energia. Esse custo passou a ser obtido pela multiplicação da energia requerida, líquida da energia do PROINFA, pela tarifa média dos contratos de compra de energia vigentes na data do processo tarifário. Foi aprovada, também, a alteração no cálculo financeiro da sobrecontratação, da valoração do montante de sobrecontratação e da apuração do resultado financeiro no curto prazo. Essas mudanças passaram a vigor desde janeiro de 2013, quando se iniciou a alocação das cotas de Angra 1 e 2 e resultantes da Lei nº 12.783/2013.

3.2. Reajuste tarifário

Em 13 de agosto de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.584/2013, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Santa Maria, com vigência de 15 de agosto de 2013 a 14 de agosto de 2014.

O processo de reajuste tarifário anual consistiu no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão, tais como compra de energia elétrica, encargos setoriais e o custo pelo uso do sistema de transmissão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IGP-M subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária.

As tarifas da base econômica da Companhia foram, em média, reajustadas em 9,60% (nove vírgula sessenta por cento), sendo 8,26% (oito vírgula vinte e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Por proposição da Santa Maria, foi autorizado, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste, equivalente ao valor de R\$ 4,03 milhões, a ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo reajuste tarifário, atualizado pela variação do IGP-M.

Em decorrência desse diferimento parcial, o efeito médio percebido pelos consumidores em relação às tarifas anteriormente vigentes foi de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento).

4. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA QUALIDADE PERCEBIDA PELO CLIENTE - PESQUISA ABRADEE

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Inovare, que mede, dentre outros, o ISG - Índice de Satisfação Geral e o ISQP - Índice de Satisfação da Qualidade Percebida. Os resultados de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

Índice	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
ISG	81,5	86,0
ISQP	89,0	87,4

5. INVESTIMENTOS

A Santa Maria realizou em 2013 investimentos da ordem de R\$ 14,4 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros. O montante investido corresponde ao valor já deduzido dos recursos recebidos na forma de doações e subvenções (Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica), conforme demonstrado a seguir:

Instalações	2013	2012
Redes de distribuição	8.414	6.828
Subestações	3.472	2.525
Sistema de Medição	633	1.158
Veículos	1.659	246
Outras	311	347
Total	14.488	11.102

Além disso, a Companhia aplicou recursos da ordem de R\$ 297 mil em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética.

6. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

O ano de 2013 também foi marcado por algumas conquistas da Santa Maria. A Companhia foi finalista do prêmio ABRADEE nas categorias de melhor empresa nacional e melhor gestão operacional com até 500 mil consumidores.

A Santa Maria recebeu, também, a medalha Eloy Chaves 2013, pela segunda colocação no prêmio para as empresas de energia elétrica destacadas pela prevenção de acidentes de trabalho, na categoria de distribuidoras de energia elétrica com até 500 empregados.

Por fim, a Santa Maria sagrou-se vencedora do prêmio IASC (Índice ANEEL de satisfação do consumidor) 2013, como a distribuidora melhor avaliada das regiões sul e sudeste, na categoria acima de 30 mil até 400 mil unidades consumidoras.

Continua...

Continuação



7. BALANÇO SOCIAL - MODELO IBASE

1 - Base de cálculo		2013			2012		
		(não auditado)			(não auditado)		
Receita líquida (RL)		144.221			137.745		
Resultado operacional (RO)		23.054			47.616		
Folha de pagamento bruta (FPB)		10.285			9.554		
2 - Indicadores sociais internos		Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		203	1,97%	0,14%	176	1,84%	0,13%
Encargos sociais compulsórios		4.841	47,07%	3,36%	4.598	48,13%	3,34%
Previdência privada		552	5,37%	0,38%	475	4,97%	0,34%
Plano de saúde		244	2,37%	0,17%	210	2,20%	0,15%
Segurança e medicina do trabalho		22	0,21%	0,02%	22	0,23%	0,02%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		70	0,68%	0,05%	36	0,38%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)		133	1,29%	0,09%	117	1,22%	0,08%
Total dos indicadores sociais internos		6.065	58,96%	4,21%	5.634	58,97%	4,09%
3 - Indicadores sociais externos		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente		10	0,04%	0,01%	10	0,02%	0,01%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		9	0,04%	0,01%	1	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)		28	0,13%	0,02%	24	0,06%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade		47	0,21%	0,04%	35	0,08%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)		17.667	76,63%	12,25%	18.913	39,72%	13,73%
Total dos indicadores sociais externos		17.714	76,84%	12,29%	18.948	39,80%	13,76%
4 - Indicadores ambientais		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 71% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 71% (X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional		2013			2012		
		(não auditado)			(não auditado)		
Nº de empregados (as) ao final do período		319			330		
Nº de admissões durante o período		61			47		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)		95			97		
Nº de estagiários (as)		-			-		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		95			96		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		27			39		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		7,41			1,21		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa		28			27		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		3,70			0,30		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais		12			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		24,35			24,35		
Número total de acidentes de trabalho		-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:		(X) direção () direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção () direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + CIPA	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:		(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		(X) direção () não são considerados	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção () não são considerados	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() são sugeridos	(X) são sugeridos	(X) são exigidos	() são sugeridos	(X) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):		Na empresa: 784	No Procon: 3	Na justiça: 8	Na empresa: 565	No Procon: 4	Na justiça: 17
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		Na empresa: 96,17%	No Procon: 66,00%	Na justiça: 75,00%	Na empresa: 100,00%	No Procon: 100,00%	Na justiça: 82,30%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):		93.617			118.142		
Distribuição do valor adicionado (DVA):		61,79% governo 11,02% acionistas 2,25% terceiros			61,97% governo 11,38% acionistas 1,59% terceiros		
		16,29% colaboradores (as) 8,65% retido			11,98% colaboradores (as) 13,08% retido		

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da Santa Maria agradece aos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores, comunidade em geral e aos demais públicos pela contribuição recebida para o cumprimento de seus objetivos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	2013	2012	Passivo	Notas	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.533	20.555	Fornecedores	10	10.281	10.580
Consumidores	5	18.418	28.046	Tributos e contribuições sociais a pagar	11	4.345	5.205
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	433	379	Participações estatutárias	15	1.324	2.378
Estoques		867	899	Dividendos propostos e JCP	15	7.133	9.154
Outros ativos	7	11.162	3.059	Empréstimos e financiamentos	12	6.062	6.158
Total do circulante		38.413	52.938	Encargos do consumidor a recolher	13	111	596
Não circulante				Outros passivos	14	3.442	4.471
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	1.125	1.079	Total do circulante		32.698	38.542
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	8	110.102	98.452	Não Circulante			
Intangível	9	22.245	24.998	Empréstimos e financiamentos	12	19.049	22.065
Outros ativos	7	1.279	921	Outros passivos	14	120	46
Total do não circulante		134.751	125.450	Total do não circulante		19.169	22.111
Total do ativo		173.164	178.388	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		85.000	80.000
				Reserva de capital		2.838	5.177
				Reserva de lucros		33.459	32.558
				Total do patrimônio líquido		121.297	117.735
				Total do passivo		173.164	178.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09SANTA
MARIAENERGIA DE
QUALIDADEDEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
Receita líquida das atividades continuadas	17	144.221	137.745
Despesas operacionais			
Pessoal		(15.246)	(14.153)
Materiais		(3.569)	(2.906)
Serviços de terceiros		(7.794)	(6.660)
Energia elétrica comprada para revenda	18	(87.151)	(76.299)
Amortização		(5.410)	(5.101)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		(2.717)	(14.383)
		(121.887)	(90.736)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		22.334	47.009
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		3.280	3.302
Despesas financeiras		(2.560)	(2.695)
		720	607
Lucro antes dos impostos		23.054	47.616
Impostos	20		
Imposto de renda		(5.623)	(5.737)
Contribuição social		(1.824)	(1.959)
		(7.447)	(7.696)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		15.607	39.920
Participações estatutárias		(1.324)	(2.378)
Lucro líquido do exercício		14.283	37.542
Lucro por ação		3,08	8,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Arrecadação	187.750	205.290
Recebimento de subvenção baixa renda	2.231	2.826
Fornecedores	(108.424)	(92.880)
Salários e encargos sociais	(10.597)	(9.307)
Impostos e contribuições	(59.773)	(60.022)
Encargos setoriais	(11.635)	(16.534)
Outros recebimentos (pagamentos)	10.237	(5.428)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	9.789	23.945
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Alienação de materiais	907	719
Aquisição de imobilizado	(11.376)	(8.612)
Dividendos pagos	(7.657)	(7.000)
Participações estatutárias	(2.378)	(1.375)
Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(20.504)	(16.268)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	1.041	968
Subvenção econômica	3.143	2.268
Serviço da dívida (principal e encargos)	(7.607)	(7.978)
Outros recebimentos (pagamentos)	1.116	1.139
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	(2.307)	(3.603)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(13.022)	4.074
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.555	16.481
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.533	20.555
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(13.022)	4.074

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	70.000	3.202	-	5.127	6.859	8.389	-	93.577
Aumento de capital cfe. AGO/E de 25/04/2012	8.369	-	-	-	-	(3.965)	-	4.404
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	1.631	(1.631)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	37.542	37.542
Destinações ao lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.070	-	(1.070)	-
Proposta da administração para distribuição de dividendos:								
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	-	(2.992)	(3.803)	(6.795)
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(470)	(2.148)	(2.618)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.127)	-	(3.248)	-	(8.375)
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	3.606	-	-	-	-	(3.606)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	12.533	-	-	-	(12.533)	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	-	14.382	(14.382)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	80.000	5.177	12.533	-	7.929	12.096	-	117.735
Aumento de capital cfe. AGO/E de 24/04/2013	293	-	-	-	-	(293)	-	-
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	4.707	(4.707)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.283	14.283
Destinações ao lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	596	-	(596)	-
Proposta da administração para distribuição de dividendos:								
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	-	(1.105)	(1.536)	(2.641)
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(624)	(2.282)	(2.906)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.174)	(5.174)
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	2.368	-	-	-	-	(2.368)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	-	2.327	(2.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.000	2.838	12.533	-	8.525	12.401	-	121.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e concessionária de serviço público de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia é a distribuição de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 20/99-ANEEL, com prazo de vigência até 7 de julho de 2015.

A Santa Maria gera e transmite aproximadamente 1,27% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 98,73% restantes de sua energia elétrica distribuída são adquiridos da sua supridora ESCEL-SA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

A área de concessão da Companhia, que corresponde a 4.994 km², abrange os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

Municípios	Nº de consumidores por município	
	2013	2012
Águia Branca	3.939	3.802
Alto Rio Novo	3.056	2.988
Colatina (exceto o distrito de Itapina)	48.269	45.961
Mariândia	5.373	5.157
Pancas	7.516	7.264
São Roque do Canaã	4.465	4.308
Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	1.880	1.848
São Domingos do Norte	3.923	3.767
São Gabriel da Palha	13.546	12.980
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.349	3.226
Governador Lindenberg	4.740	4.562
Total	100.056	95.863

2 BASE DE PREPARAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	2013	2012
Geração do valor adicionado		
Fornecimento de energia elétrica	172.448	194.604
Outras receitas operacionais	22.176	8.656
Energia elétrica comprada para revenda	(87.151)	(76.299)
Serviços de terceiros	(7.794)	(6.660)
Materiais	(3.569)	(2.906)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	(363)	2.546
Valor adicionado bruto	95.747	119.941
Quotas de reintegração	(5.410)	(5.101)
Valor adicionado líquido	90.337	114.840
Receitas financeiras	3.280	3.302
Valor adicionado total	93.617	118.142
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(15.246)	(14.153)
Impostos, taxas e contribuições	(57.850)	(73.211)
Encargos de dívidas e juros	(1.369)	(1.651)
Aluguéis	(739)	(224)
Dividendos, participações estatutárias e JSCP	(10.316)	(13.451)
Lucros retidos	(8.097)	(15.452)
	(93.617)	(118.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2014.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Continuação

Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09ENERGIA DE
QUALIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

(b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem:

- Os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia;
- Os valores faturados a consumidores finais, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, calculada com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente para a realização das contas a receber.

(c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

(d) Ativo financeiro indenizável (Concessão)

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro está registrado pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final da concessão.

(e) Intangível

Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

(f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

(g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

(h) Fornecedores

Inclui os saldos a pagar relativos ao suprimento de energia elétrica, aos encargos de uso da rede elétrica e as aquisições de materiais e serviços de terceiros.

(i) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos, e considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na Lei nº 11.941/2009.
Em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB com jurisdição sobre o município de sua sede.

Esta subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de capital, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

(l) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida.

De acordo com a Deliberação CVM nº 600/2009, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período.

Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

Os planos são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar.

(m) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de operações com energia elétrica e de outros projetos é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura. A energia fornecida e não faturada corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidos no resultado.

(n) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de Concessão, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida conforme um dos modelos contábeis previstos na interpretação, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelo usuário, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

(o) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição para os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

(p) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua emissão subsequente ocorre na data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo:

(i) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

(iii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como disponíveis para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

3 EVENTOS SIGNIFICATIVOS OCORRIDOS NO ANO DE 2013

3.1 Reajuste tarifário de 2013

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.584/2013, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Santa Maria, cuja vigência é de 15 de agosto de 2013 a 14 de agosto de 2014.

As tarifas da base econômica da Companhia foram, em média, reajustadas em 9,60% (nove vírgula sessenta por cento), sendo 9,26% (nove vírgula vinte e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Por proposição da Santa Maria, foi autorizado pela ANEEL, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste, equivalente ao valor de R\$ 4,03 milhões, a ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo reajuste tarifário, atualizado pela variação do IGP-M.

Em decorrência desse diferimento parcial, o efeito médio percebido pelos consumidores em relação às tarifas anteriormente vigentes foi de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento).

3.2 Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória nº 627/2013 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/2009 e dá outras providências. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da Medida, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente para a Companhia.

A MP recebeu diversas propostas de emendas que ainda serão apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional. A decisão da Companhia quanto à sua adoção antecipada depende de análise posterior sobre eventuais alterações que poderão vir a ser aprovadas pelo Congresso.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2013	2012
Caixa e bancos conta movimento	1.360	1.328
Aplicações financeiras de renda fixa	6.173	19.227
Total	7.533	20.555

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 CONSUMIDORES

Composição	2013			2012	
	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo líquido	Saldo líquido
Fornecimento faturado					
Residencial	2.815	1.507	109	4.431	5.520
Industrial	2.168	638	161	2.967	3.321
Comercial, serviços e outros	2.097	642	324	3.063	3.749
Rural	623	793	51	1.467	1.539
Poder público	480	65	-	545	703
Iluminação pública	303	16	28	347	1.084
Serviço público	313	-	-	313	406
Fornecimento não faturado	5.054	-	-	5.054	4.397
Outros créditos (a)	745	-	-	745	6.386
Subtotal	14.598	3.661	673	18.932	29.105
PCLD	-	-	-	(514)	(1.059)
Total	14.598	3.661	673	18.418	28.046

(a) No exercício de 2013, foi realizada a baixa do saldo da rubrica valores de encargos a recuperar na tarifa, relativo aos descontos tarifários da atividade de irrigação e aquicultura, no valor de R\$ 6,6 milhões. Desse montante, R\$ 3,2 milhões foram atribuídos a perda em função de sua não consideração no resultado do reajuste tarifário anual da Companhia.

Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Demais classes vencidas há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVÉIS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012
IRPJ e CSLL	32	-	-	-
ICMS (a)	375	360	1.125	1.079
Outros	26	19	-	-
Total	433	379	1.125	1.079

(a) Os valores de ICMS a recuperar referem-se aos créditos apropriados conforme Lei Complementar nº 87/1996.

7 OUTROS ATIVOS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012
Subsídios tarifários - CDE (a)	9.881	-	-	-
Depósito reinvestimento Banco do Nordeste (b)	-	-	1.122	822
Outros	1.819	3.675	157	99
(-) PCLD	(538)	(616)	-	-
Total	11.162	3.059	1.279	921

(a) O saldo de R\$ 9.881 refere-se a um contas a receber da Eletrobrás relativo aos descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição para a atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento. Esses descontos foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VI, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da Eletrobrás, gestora do fundo.

(b) O saldo de R\$ 1.122 (R\$ 822 em 31 de dezembro de 2012) registrado no ativo não circulante é composto por depósitos efetuados em conta vinculada no Banco do Nordeste, e é decorrente do incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração e acrescido de 50% de recursos próprios da Companhia. Os valores, que são remunerados à taxa de 95% do CDI, são resgatados à medida que os projetos apresentados pela Companhia são aprovados pela SUDENE.

8 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

O saldo de R\$ 110.102 (R\$ 98.452 em 31 de dezembro de 2012) registrado no ativo não circulante da Companhia refere-se a crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Esse ativo financeiro está avaliado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, que são reversíveis ao Poder Concedente ao final do prazo de concessão.

Continuação

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

A movimentação do exercício é a seguinte:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2012	98.452
Adições por transferências do ativo intangível	14.515
(-) Obrig. vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	(2.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.102

9 INTANGÍVEL

9.1 Ativo intangível

Direito de concessão (infraestrutura)	2013			2012	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço	65.189	(54.630)	10.559	15.639	
Em curso	12.899	-	12.899	12.010	
Valor líquido	78.088	(54.630)	23.458	27.649	
(-) Obrig. vinc. à concessão do serviço público de energia elétrica			(1.213)	(2.651)	
Total do ativo intangível			22.245	24.998	

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com a ICP 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.

Compete a ANEEL estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização quando do término do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

As taxas de amortização aplicadas pela Companhia estão de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

As mutações do ativo intangível no exercício de 2013 são apresentadas a seguir:

9.2 Demonstração das mutações do ativo intangível

Direito de concessão (infraestrutura)	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Transferências para intangível em serviço	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2013
Em serviço	15.639	-	17.221	(14.515)	(5.520)	(2.266)	10.559
Em curso	12.010	18.110	(17.221)	-	-	-	12.899
Valor líquido	27.649	18.110	-	(14.515)	(5.520)	(2.266)	23.458
(-) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	(2.651)	(733)	-	-	1.279	892	(1.213)
Total do ativo intangível	24.998	17.377	-	(14.515)	(4.241)	(1.374)	22.245

10 FORNECEDORES

Composição	2013	2012
Suprimento de energia elétrica	8.855	8.830
Encargos de uso da Rede Básica	324	613
Materiais e serviços	1.102	1.137
Total	10.281	10.580

11 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Composição	2013	2012
ICMS	1.877	3.395
PIIS / COFINS	905	801
INSS	326	292
FGTS	78	69
IRRF	90	60
ISS	22	14
IRPJ	791	411
CSLL	216	95
Outros	40	68
Total	4.345	5.205

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Atualização	2013		2012	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobrás (a)	RGR + 5,00% a.a. + 1,00% a.a.	3.172	14.357	3.172	17.529
Caixa Econômica Federal (b)	TJLP + 2,50% a.a.	2.242	-	2.137	2.137
Banestes S.A. (c)	TJLP + 3,00% a.a.	-	-	288	-
Caixa Econômica Federal (d)	4,50% a.a.	242	46	242	289
Banco Nordeste Brasil S.A. (e)	10,00% a.a.	84	31	105	115
Banco do Brasil S.A. (f)	5,50% a.a.	234	1.424	214	1.658
Banco do Brasil S.A. (f)	2,50% a.a.	88	2.590	-	337
Banco do Brasil S.A. (f)	3,50% a.a.	-	601	-	-
Total		6.062	19.049	6.158	22.065

(a) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos"), do Ministério de Minas e Energia.

(b) Contratos de abertura de crédito com repasse da Caixa Econômica Federal (FAT), utilizados na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a LT 138KV, ligando a Usina Mascarenhas a SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contrato de abertura de crédito com repasse do Banestes S.A. (FINAME), utilizado na aquisição de equipamentos para a SE Colatina e SE Alto Moacyr.

(d) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse da Caixa Econômica Federal, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(e) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse do Banco do Nordeste do Brasil S.A., utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(f) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse do Banco do Brasil S.A., utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das parcelas relativas ao principal dos financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Ano	R\$ mil
2015	3.821
2016	3.629
2017	3.383
2018	2.639
2019	2.416
2020	1.852
2021	794
2022	437
2023	78
Total	19.049

Relação dos contratos e vencimento da última parcela:

Instituição	Contrato	Vencimento da última parcela
Banestes S.A.	112470/301	jun/13
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	19.820.112.504.594	abr/14
Caixa Econômica Federal	218.687-02/07	dez/14
Caixa Econômica Federal	0172.715.0000001/23	jan/15
Caixa Econômica Federal	0172.715.00000054/35	abr/15
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	19.820.113.344.651	mai/15
Caixa Econômica Federal	0172.715.00000055/16	jul/15
Eletrobrás	ECFS - 020/2004	jul/16
Eletrobrás	ECFS - 098/2005	dez/17
Eletrobrás	ECFS - 183/2007	ago/19
Eletrobrás	ECFS - 226/2008	out/20
Banco do Brasil S.A.	40/00513-5	jan/21
Eletrobrás	ECFS - 256/2009	jun/21
Eletrobrás	ECFS - 296/2010	jul/22
Banco do Brasil S.A.	40/00805-3	nov/22
Banco do Brasil S.A.	40/00857-6	dez/22
Banco do Brasil S.A.	40/00855-X	dez/22
Banco do Brasil S.A.	40/00877-0	jan/23
Banco do Brasil S.A.	40/00873-8	jan/23
Banco do Brasil S.A.	40/00991-2	set/23
Banco do Brasil S.A.	40/00980-7	out/23

13 ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Composição	2013	2012
CCC	-	210
CDE	111	386
Total	111	596

14 OUTROS PASSIVOS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012
Obrigações sociais	163	84	-	-
Obrigações estimadas com pessoal	1.282	1.256	-	-
Repasse da contribuição de iluminação pública	1.020	1.226	-	-
Outros	977	1.905	120	46
Total	3.442	4.471	120	46

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie / Classe	2013		2012	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	3.081.205	56.469	3.081.205	53.147
Preferenciais	1.556.784	28.531	1.556.784	26.853
	4.637.989	85.000	4.637.989	80.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		26,15		25,38

(b) Reserva de lucros (investimentos)

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 2.327 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

(c) Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

	2013
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	15.607
Incentivo fiscal lucro da exploração e reinvestimento	(2.368)
Lucro líquido ajustado	13.239
Participações estatutárias (10%)	1.324

(d) Dividendos propostos e JCP

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. As ações ordinárias são remuneradas com base em 25% do lucro líquido do exercício ajustado. As ações preferenciais são remuneradas com base em 8% sobre o seu valor nominal, sendo o valor distribuído por ação nunca inferior ao valor distribuído às ações ordinárias.

O capítulo III do Estatuto Social da Companhia estabelece que, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2013
Lucro líquido do exercício	14.283
Incentivo fiscal lucro da exploração e reinvestimento	(2.368)
Constituição de reserva legal	(596)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(5.174)
Lucro líquido ajustado	6.145

Dividendos mínimos obrigatórios:

Ações ordinárias	1.536
Ações preferenciais	2.282
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	3.818

Adicionalmente, foram calculados os juros sobre o capital próprio observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2013, no valor total de R\$ 5.174.

16 CONTINGÊNCIAS

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista. Um resumo das contingências passíveis às quais a Companhia é parte está sendo apresentado abaixo:

Natureza	Possível	Provável	Total
Cível	902	-	902
Total	902	-	902

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração julga não ser necessária a constituição de provisão contábil para fazer frente a questões cíveis nas quais a Companhia figura como ré, em função da cobertura destas sucumbências pelas seguradoras.

Adicionalmente, a Companhia figurava, juntamente com as demais concessionárias de serviço público de energia elétrica do país, como parte em uma ação cível pública em tramitação na 3ª vara federal cível da comarca de Belo Horizonte/MG, movido pela Associação de Defesa de Interesses Coletivos - ADIC, relativo à metodologia de cálculo de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O referido processo foi suspenso no ano de 2013 em razão de conflito de competência para processar e julgar a ação.

Continuação

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

17 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES CONTINUADAS

Composição	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecimento faturado						
Residencial	61.990	59.414	118.349	108.722	54.195	61.241
Industrial	1.688	1.512	91.933	88.136	34.834	40.308
Comercial, serviços e outros	7.788	7.535	81.984	77.431	36.734	42.083
Rural	27.511	26.325	157.829	139.946	31.615	33.193
Poder público	897	870	15.129	14.560	6.542	7.848
Iluminação pública	19	45	15.572	14.926	3.737	4.256
Serviço público	127	126	12.123	11.110	4.134	4.967
Consumo próprio	36	36	755	792	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	657	708
Total do fornecimento de energia elétrica	100.056	95.863	493.674	455.623	172.448	194.604
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	22.176	8.656
Subtotal	100.056	95.863	493.674	455.623	194.624	203.260
(-) Deduções à receita operacional						
RGR	-	-	-	-	(213)	(2.331)
CDE	-	-	-	-	(1.332)	(4.354)
CCC	-	-	-	-	(210)	(3.686)
P&D	-	-	-	-	(720)	(671)
PEE	-	-	-	-	(711)	(679)
Outros encargos	-	-	-	-	-	(395)
ICMS	-	-	-	-	(37.284)	(42.413)
PIS /COFINS /ISS	-	-	-	-	(9.933)	(10.986)
Subtotal	-	-	-	-	(50.403)	(65.515)
Total da receita líquida	100.056	95.863	493.674	455.623	144.221	137.745

serviço estão seguros por um montante global de R\$ 50.917.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância segurada
Incêndio	26/07/13 a 26/07/14	48.997
Responsabilidade civil geral	26/07/13 a 26/07/14	1.600
Responsabilidade civil geral (danos materiais)	26/07/13 a 26/07/14	320
Total		50.917

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em atendimento à legislação aplicável, a Companhia efetuou uma avaliação dos seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013.

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

22.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Ativos financeiros	Valor justo		Valor contábil	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.533	20.555	7.533	20.555
Consumidores	18.418	28.046	18.418	28.046
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	110.102	98.452	110.102	98.452
Total	136.053	147.053	136.053	147.053
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.281	10.580	10.281	10.580
Empréstimos e financiamentos	6.062	6.158	6.062	6.158
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	19.049	22.065	19.049	22.065
Total	35.392	38.803	35.392	38.803

22.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Valor justo por meio do resultado		Disponíveis para venda		Total
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	7.533	-	-	-	7.533
Consumidores	18.418	-	-	-	-	-	18.418
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	-	-	-	-	110.102	110.102	110.102
Total	18.418	-	7.533	-	110.102	110.102	136.053

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	
	2013	2012
Fornecedores	10.281	10.580
Empréstimos e financiamentos	25.111	25.111
Total	35.392	35.392

22.4 Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

22.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (Covenants). O descumprimento dessas restrições pode implicar no vencimento antecipado da dívida.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 12.

22.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa definição está diretamente relacionada às rubricas Caixa e equivalentes de caixa e Consumidores.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é registrado na rubrica Ativo financeiro indenizável (Concessão), cujas informações com maior detalhamento são apresentadas na nota 8.